



CONTRIBUIÇÕES DO SETORIAL NACIONAL DE SAÚDE AO PROGRAMA DE GOVERNO LULA 2027-2030



INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas do povo brasileiro e uma das expressões mais generosas do projeto democrático consagrado na Constituição Federal de 1988. Fruto da luta da Reforma Sanitária Brasileira, dos movimentos populares, das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde, da comunidade científica e das forças democráticas, o SUS transformou a saúde em direito de cidadania e consolidou-se como uma das mais importantes políticas públicas de inclusão social do mundo. Defender o SUS é defender a democracia, a justiça social e a dignidade do povo brasileiro.

O Brasil vive um novo ciclo de reconstrução democrática e renovação da esperança. Após um período marcado pelo desmonte de políticas públicas, pelo negacionismo científico e pelo enfraquecimento das instituições democráticas, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recolocou o Estado a serviço da promoção de direitos, da redução das desigualdades e da recuperação de sua capacidade de planejamento e coordenação. Na saúde, esse processo reafirma o SUS como política de Estado e eixo estruturante de um projeto nacional de desenvolvimento soberano, inclusivo e solidário.

A pandemia de COVID-19 confirmou o que a Reforma Sanitária sempre defendeu: não há democracia plena sem um sistema público de saúde forte. Quando a vida esteve ameaçada, foram as trabalhadoras e os trabalhadores do SUS que permaneceram ao lado da população, atuando nas unidades básicas de saúde, nos hospitais, nos laboratórios, nos serviços de vigilância, nas aldeias indígenas, nas comunidades quilombolas, nas periferias urbanas e nos territórios mais distantes do país. O SUS salvou vidas porque milhões de brasileiras e brasileiros nunca deixaram de acreditar nele e de defendê-lo. Essa memória deve orientar o

futuro que queremos construir.

Durante os governos do PT, o SUS viveu um dos mais importantes ciclos de fortalecimento de sua história. Foram criadas secretarias estratégicas no Ministério da Saúde, ampliou-se o financiamento federal e expandiram-se a Estratégia Saúde da Família, o SAMU, o Programa Farmácia Popular, o Brasil Sorridente, as Unidades de Pronto Atendimento e o Programa Mais Médicos. Também se consolidaram marcos estruturantes, como a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, o Pacto pela Saúde e a organização das Regiões de Saúde. Houve, ainda, avanços na saúde mental de base comunitária, na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e nas políticas de equidade destinadas às populações negra, quilombola, indígena, do campo, da floresta e das águas, à população LGBTQIA+ e às mulheres. Essas iniciativas contribuíram para melhorar os indicadores de saúde, ampliar a expectativa de vida e reduzir expressivamente a mortalidade infantil, reafirmando o compromisso dos governos do PT com a universalidade, a integralidade e a participação social.

O terceiro governo do presidente Lula iniciou um amplo processo de reconstrução do Sistema Único de Saúde. A retomada do planejamento nacional, o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, a ampliação do Programa Mais Médicos, a reorganização da participação social, a retomada dos investimentos no Complexo Econômico-Industrial da Saúde e a valorização da ciência e da inovação restabeleceram a capacidade de coordenação do Estado. Esses avanços precisam ser consolidados e aprofundados no próximo ciclo de governo.

Persistem, entretanto, desafios estruturais. O subfinanciamento histórico, as desigualdades regionais, as dificuldades de acesso à atenção especializada, a precarização das relações de

trabalho, os impactos das mudanças climáticas, as transições demográfica e epidemiológica e a permanência das desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero exigem determinação política e compromisso contínuo com a defesa do SUS.

As contribuições reunidas neste documento expressam o acúmulo político e programático construído coletivamente pelo Setorial Nacional de Saúde do Partido dos Trabalhadores. Resultam do diálogo com trabalhadoras e trabalhadores do SUS, usuárias e usuários, movimentos sociais, entidades científicas, pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores públicos comprometidos com a Reforma Sanitária Brasileira. Atualizam e aprofundam as formulações apresentadas ao 8º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores e afirmam que a saúde deve permanecer no centro da estratégia de desenvolvimento nacional e da construção de um Brasil mais democrático, justo e solidário.

O Partido dos Trabalhadores renova seu compromisso histórico e incondicional com o Sistema Único de Saúde, patrimônio do povo brasileiro. Fortalecer o SUS significa fortalecer a democracia, ampliar direitos, promover justiça social, valorizar o trabalho, investir em ciência e inovação, enfrentar todas as formas de desigualdade e construir um projeto nacional de desenvolvimento que coloque a vida, o cuidado e a dignidade humana no centro da ação do Estado. Com essa convicção, o Setorial Nacional de Saúde apresenta suas contribuições ao Programa de Governo Lula 2027-2030.

EIXO I - FORTALECIMENTO DO SUS, GESTÃO, FINANCIAMENTO E MODELO DE ATENÇÃO

O fortalecimento do Sistema Único de Saúde é condição indispensável para o desenvolvimento do Brasil e para a consolidação da democracia. O próximo governo do presidente Lula aprofundará esse compromisso, ampliando o acesso à saúde, reduzindo desigualdades e expandindo a capacidade pública de cuidar da população. Patrimônio do povo brasileiro, o SUS continuará sendo o principal instrumento de promoção da vida,

da cidadania e da justiça social.

Ao longo de mais de três décadas, o SUS transformou a realidade da saúde no país. A expansão da Atenção Primária à Saúde, o Programa Nacional de Imunizações, o Sistema Nacional de Transplantes, a assistência farmacêutica, a vigilância em saúde, o SAMU, a Estratégia Saúde da Família e tantas outras políticas demonstram a capacidade do Estado brasileiro de oferecer respostas públicas de grande impacto social. Esses avanços, construídos pela mobilização da sociedade e impulsionados pelos governos do Partido dos Trabalhadores, precisam ser preservados, ampliados e permanentemente qualificados.

Garantir financiamento adequado é indispensável para assegurar o direito constitucional à saúde. A superação do subfinanciamento histórico exige ampliar o investimento público, fortalecer a cooperação entre União, estados e municípios e aperfeiçoar os mecanismos de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Um SUS universal depende de financiamento estável, responsabilidade federativa e compromisso permanente com a qualidade do cuidado.

O próximo governo também aprofundará a organização regional do SUS, consolidando as Regiões de Saúde como espaços de planejamento, integração e cooperação interfederativa. A regionalização continuará orientando a organização das redes de atenção, reduzindo desigualdades territoriais e garantindo que a população tenha acesso oportuno aos serviços de saúde, independentemente do local onde viva.

A Atenção Primária à Saúde permanecerá como principal porta de entrada do sistema e coordenadora do cuidado. A expansão da Estratégia Saúde da Família, das equipes multiprofissionais, da saúde bucal, da atenção domiciliar, da tele saúde e das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças será articulada à vigilância em saúde e às redes de atenção. O cuidado integral exige serviços conectados, equipes qualificadas e atuação permanente nos territórios.

Garantir acesso oportuno à atenção

especializada continuará sendo uma das prioridades do governo. A consolidação do Programa Agora Tem Especialistas, a ampliação da capacidade instalada da rede pública, o aprimoramento da regulação assistencial, a expansão da oferta de consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivas e a organização das linhas de cuidado contribuirão para reduzir os tempos de espera e ampliar a resolutividade do SUS.

A vigilância em saúde ocupará posição estratégica na proteção da população diante das mudanças demográficas, epidemiológicas, ambientais e climáticas. O fortalecimento das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e em saúde do trabalhador, bem como da vigilância laboratorial, com a ampliação da capacidade dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACENS), permitirá respostas mais rápidas às emergências sanitárias e maior capacidade de prevenção e controle de doenças.

A transformação digital será um dos pilares da modernização do SUS. O aprimoramento da Rede Nacional de Dados em Saúde, da interoperabilidade entre sistemas, da telessaúde, da inteligência em saúde e das ferramentas digitais apoiará a gestão, qualificará o cuidado e ampliará o acesso da população aos serviços, sempre com respeito à segurança da informação, à proteção de dados e à soberania tecnológica do país.

Fortalecer o SUS é fortalecer o Brasil. Isso significa garantir a todas as pessoas acesso à saúde de qualidade, independentemente de renda, território ou qualquer outra condição. Esse continuará sendo um compromisso permanente do governo do presidente Lula e um dos fundamentos do projeto democrático e popular defendido pelo Partido dos Trabalhadores.

EIXO II - TRABALHO, EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES DO SUS

Nenhum sistema público de saúde é maior do que as pessoas que o constroem todos os dias. O Sistema Único de Saúde existe porque milhões de trabalhadoras e trabalhadores dedicam sua

inteligência, seu conhecimento, sua sensibilidade e seu compromisso à defesa da vida. Nas unidades básicas de saúde, nos hospitais, nos laboratórios, nos Centros de Atenção Psicossocial, nos serviços de urgência e emergência, nas equipes de vigilância em saúde, nas comunidades, nos territórios indígenas, nas áreas rurais e nas periferias urbanas, são essas pessoas que transformam o direito constitucional à saúde em cuidado concreto para a população brasileira. Valorizar quem faz o SUS acontecer é fortalecer o próprio sistema.

A história do SUS também é a história de suas trabalhadoras e de seus trabalhadores. São profissionais que enfrentaram epidemias, campanhas de vacinação, desastres ambientais, crises sanitárias e, mais recentemente, a maior pandemia do último século. Mesmo diante da precarização das relações de trabalho, da insuficiência de investimentos e das profundas desigualdades regionais, permaneceram ao lado da população e reafirmaram o compromisso ético que caracteriza o serviço público de saúde. O Brasil deve reconhecer essa dedicação não apenas por meio de homenagens, mas também mediante políticas permanentes de valorização profissional.

O Partido dos Trabalhadores considera o trabalho em saúde uma função essencial do Estado e um elemento estruturante da consolidação do SUS. Valorizar as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde significa promover o trabalho decente, com vínculos estáveis, condições dignas de exercício profissional, ambientes seguros e respeito aos direitos de quem dedica sua vida ao cuidado da população. O próximo governo do presidente Lula deverá aprofundar o enfrentamento da precarização das relações de trabalho, consolidar espaços permanentes de negociação entre gestores e trabalhadores e construir, em diálogo com os entes federados e as entidades representativas, um pacto nacional pelo trabalho digno, seguro e humanizado no SUS. Cuidar de quem cuida é qualificar o sistema e garantir o direito à saúde de toda a população brasileira.

Nesse contexto, assumimos o compromisso de construir uma Carreira Interfederativa do Sistema Único de Saúde, pactuada entre União,

estados e municípios, em respeito ao pacto federativo e orientada pelos princípios da valorização profissional, da equidade regional e da garantia do acesso universal à saúde. A proposta constitui estratégia para fortalecer o caráter público do SUS, reduzir desigualdades na distribuição da força de trabalho, estimular a permanência de profissionais em regiões de maior vulnerabilidade e consolidar um projeto nacional de valorização do trabalho em saúde.

A formação profissional deve responder às necessidades concretas do SUS e da população brasileira. A integração entre ensino, serviço e comunidade, marca histórica da Reforma Sanitária Brasileira, precisa ser ampliada por meio das residências em saúde, da educação permanente, da formação técnica e da articulação entre universidades, escolas do SUS, institutos de pesquisa e serviços públicos. O conhecimento produzido no cotidiano do trabalho deve ser reconhecido como patrimônio do sistema e elemento fundamental de sua transformação contínua.

As instituições públicas de ensino e pesquisa cumprem papel estratégico na formação de profissionais comprometidos com os princípios do SUS e com a defesa da saúde como direito. O fortalecimento das universidades públicas, da Fiocruz, das escolas técnicas, das escolas de saúde pública e dos centros formadores deverá integrar uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico orientada às necessidades do povo brasileiro e à qualificação do sistema público de saúde.

Cuidar de quem cuida também é responsabilidade do Estado. A proteção da saúde física e mental das trabalhadoras e dos trabalhadores do SUS deve integrar permanentemente as políticas de gestão do trabalho, assegurando condições adequadas para o exercício profissional, apoio psicossocial, prevenção de agravos relacionados ao trabalho, promoção da saúde e valorização das equipes multiprofissionais. Não haverá um SUS forte se as pessoas que sustentam diariamente seu funcionamento

continuarem expostas à sobrecarga, ao adoecimento e à insegurança laboral.

A valorização do trabalho pressupõe, igualmente, a democratização das relações institucionais. O fortalecimento das mesas de negociação permanente, do diálogo entre gestores e trabalhadores, da participação das entidades representativas e da construção compartilhada das políticas de gestão do trabalho contribuirá para consolidar relações mais democráticas, transparentes e comprometidas com a qualidade da atenção oferecida à população.

Investir nas trabalhadoras e nos trabalhadores do SUS é investir no futuro do Brasil. Um sistema público universal somente alcança excelência quando reconhece que seu maior patrimônio não está apenas na infraestrutura e nas tecnologias, mas também nas pessoas que, todos os dias, acolhem, cuidam, pesquisam, ensinam, planejam, vacinam, promovem saúde e defendem a vida em cada território do país.

EIXO III – SAÚDE MENTAL: CUIDADO EM LIBERDADE E DEFESA DA VIDA

A forma como uma sociedade cuida das pessoas em sofrimento psíquico revela seu compromisso com a democracia, os direitos humanos e a dignidade da vida. O Partido dos Trabalhadores afirma que toda pessoa tem o direito de ser acolhida, cuidada e respeitada em sua singularidade. A saúde mental não pode ser tratada como tema periférico das políticas públicas: integra o direito à saúde e exige respostas construídas com solidariedade, ciência, participação social e compromisso permanente com a defesa da vida.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira representa uma das mais importantes conquistas democráticas do Sistema Único de Saúde. Construída pela mobilização de trabalhadoras e trabalhadores, usuárias e usuários, familiares, movimentos sociais e integrantes da comunidade científica, rompeu com a lógica da exclusão e da institucionalização prolongada e afirmou o cuidado em liberdade como princípio ético, político e assistencial. Defender a Reforma Psiquiátrica é

assegurar que nenhuma pessoa seja privada de seus direitos em razão de sofrimento psíquico.

O Brasil vive um período de profundas transformações sociais que afetam diretamente a saúde mental da população. As consequências da pandemia, o agravamento das desigualdades, a violência, o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a insegurança alimentar, as mudanças climáticas, a precarização das relações de trabalho e o isolamento social produziram novas formas de sofrimento que desafiam a capacidade de resposta do Estado. O crescimento dos transtornos mentais entre crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas exige políticas públicas integradas, territorializadas e articuladas aos determinantes sociais da saúde.

O fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial constitui prioridade estratégica para o próximo ciclo de governo. É necessário ampliar e qualificar os Centros de Atenção Psicossocial, fortalecer os Serviços Residenciais Terapêuticos, consolidar as equipes multiprofissionais, expandir as estratégias de cuidado comunitário e garantir que a atenção em saúde mental esteja presente em todos os níveis do SUS. A Atenção Primária à Saúde deve atuar como coordenadora do cuidado e porta de entrada preferencial para o acolhimento e o acompanhamento das pessoas.

O Partido dos Trabalhadores mantém seu compromisso histórico com o cuidado em liberdade, a superação definitiva do modelo manicomial e a defesa intransigente dos direitos humanos. O enfrentamento do sofrimento psíquico deve ocorrer por meio de uma rede pública, comunitária e humanizada, articulada às políticas de assistência social, educação, cultura, esporte, trabalho, habitação e justiça, reconhecendo que a produção da saúde depende das condições concretas de vida das pessoas.

A política de atenção às pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas deve fundamentar-se na promoção da saúde, na redução de danos, no cuidado integral e no respeito à autonomia das pessoas atendidas. Articulada às demais políticas sociais, a rede pública

de saúde mental deve assegurar acolhimento, tratamento e acompanhamento continuado, enfrentar o estigma e promover inclusão social, oportunidades de trabalho, acesso à educação e reconstrução dos vínculos familiares e comunitários.

A defesa da vida exige que a saúde mental esteja presente em todas as etapas do ciclo de vida e em todos os territórios. Será necessário ampliar as ações de promoção da saúde mental nas escolas, nos locais de trabalho, nas comunidades e nos serviços públicos, fortalecendo estratégias de prevenção do suicídio, enfrentamento das violências, cuidado às pessoas em situação de vulnerabilidade e apoio às famílias. Também será fundamental reconhecer e cuidar da saúde mental das trabalhadoras e dos trabalhadores do SUS, especialmente daqueles que enfrentaram as consequências da pandemia e permanecem submetidos a intensas cargas de trabalho e sofrimento emocional.

A produção de conhecimento, a formação permanente dos profissionais e o fortalecimento da participação de usuárias e usuários, familiares e trabalhadores deverão orientar o aperfeiçoamento contínuo da Política Nacional de Saúde Mental. O Brasil dispõe de uma rica experiência acumulada pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, reconhecida internacionalmente, que deve ser preservada, atualizada e fortalecida diante dos desafios contemporâneos.

Cuidar da saúde mental é defender a vida em toda a sua plenitude e reconhecer que não existe saúde sem liberdade, direitos e cidadania. Ao renovar seu compromisso com a Reforma Psiquiátrica Brasileira, o Partido dos Trabalhadores afirma também a defesa de um SUS público, universal, humanizado e capaz de acolher todas as pessoas, sem discriminação, violência ou exclusão.

EIXO IV - DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EQUIDADE EM SAÚDE

O Sistema Único de Saúde nasceu da participação popular. Antes de se tornar política pública, foi uma construção coletiva da sociedade

brasileira, impulsionada pelos movimentos da Reforma Sanitária, pelas Conferências de Saúde, pelos movimentos sociais, pelo movimento sindical, pelas universidades e por milhares de brasileiras e brasileiros que defenderam a saúde como direito de todas as pessoas e dever do Estado. A participação social não é um instrumento acessório da gestão pública: constitui um dos pilares da democracia brasileira e uma das maiores riquezas do SUS.

O Partido dos Trabalhadores reafirma a democracia participativa como fundamento da construção das políticas públicas. A reconstrução do Brasil exige diálogo permanente entre Estado e sociedade, reconhecendo trabalhadores, usuários, gestores, pesquisadores e movimentos sociais como sujeitos ativos na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas de saúde. O SUS será tão forte quanto a capacidade do povo brasileiro de participar de sua construção cotidiana.

Os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde representam conquistas históricas da democracia brasileira e devem ser permanentemente fortalecidos. É compromisso do Partido assegurar sua autonomia, ampliar sua capacidade de incidência nas decisões do Estado, garantir condições adequadas para seu funcionamento e consolidar processos permanentes de formação de conselheiras e conselheiros de saúde. A democracia participativa exige informação qualificada, transparência e compromisso com o controle social das políticas públicas.

A Educação Popular em Saúde constitui patrimônio político e pedagógico do SUS. Inspirada no legado de Paulo Freire, afirma que o conhecimento se constrói no diálogo entre saberes científicos e populares, valorizando as experiências das comunidades, dos territórios e das organizações sociais. Fortalecer a Política Nacional de Educação Popular em Saúde significa ampliar a capacidade do SUS de produzir cidadania, consolidar vínculos comunitários e reconhecer a população como protagonista da promoção da saúde e da defesa da vida.

O compromisso com a universalidade somente se realiza plenamente quando o SUS reconhece que diferentes grupos sociais enfrentam desigualdades históricas no acesso aos direitos e nas condições de saúde. Por essa razão, a equidade deve orientar todas as políticas públicas do sistema, promovendo respostas específicas às necessidades das populações historicamente vulnerabilizadas, sem abrir mão da universalidade do direito à saúde.

O Partido dos Trabalhadores mantém seu compromisso com o fortalecimento das políticas nacionais de equidade em saúde, assegurando atenção integral à população negra, aos povos indígenas, às comunidades quilombolas, à população do campo, da floresta e das águas, às pessoas em situação de rua, à população LGBTQIA+, às mulheres, às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e aos demais grupos que enfrentam processos históricos de discriminação, exclusão e violência. O enfrentamento do racismo, do sexismo, da LGBTfobia, do capacitismo e de todas as formas de preconceito constitui responsabilidade permanente do Estado brasileiro e condição para a efetivação do direito universal à saúde.

Promover equidade significa enfrentar os determinantes sociais da saúde. Não haverá plena realização do direito à saúde enquanto persistirem a fome, a pobreza, o desemprego, a insegurança alimentar, a falta de moradia digna, o saneamento precário, a violência e as desigualdades territoriais que atingem milhões de brasileiras e brasileiros. A saúde mantém diálogo permanente com a educação, a assistência social, a cultura, o trabalho, a segurança alimentar, a mobilidade urbana e a proteção ambiental. O fortalecimento do SUS exige, portanto, ação intersetorial capaz de produzir justiça social e ampliar oportunidades para toda a população.

A democracia também se fortalece quando o Estado amplia sua capacidade de dialogar com a sociedade. O desenvolvimento de novas ferramentas de comunicação pública, mecanismos de transparência, participação digital e escuta social deve contribuir para aproximar ainda mais o

SUS da população, preservando o papel insubstituível dos espaços presenciais de participação e deliberação coletiva. A tecnologia deve ampliar a democracia, jamais substituí-la.

A defesa da democracia e a defesa do SUS são inseparáveis. Fortalecer a participação popular significa ampliar a capacidade da sociedade de decidir sobre o próprio futuro. Promover equidade significa reconhecer que o direito à saúde somente se realiza plenamente quando alcança, sobretudo, aqueles que mais precisam do Estado. Essa é a essência do SUS e um compromisso permanente da militância da saúde do Partido dos Trabalhadores.

EIXO V - SAÚDE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

O Partido dos Trabalhadores afirma que a saúde não é apenas uma política social, mas também um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. Um país que investe em saúde investe na vida, na produção de conhecimento, na inovação, no trabalho, na redução das desigualdades e na soberania nacional. Ao longo de mais de três décadas, o SUS demonstrou que é possível articular desenvolvimento econômico, inclusão social e fortalecimento da democracia em torno de um projeto que coloca as pessoas no centro da ação do Estado.

Nesse contexto, o fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde constituirá uma das prioridades estratégicas do próximo governo. A reconstrução iniciada no terceiro governo Lula recolocou o SUS no centro de uma política nacional de desenvolvimento baseada na ciência, na inovação e na nova industrialização do país.

O próximo ciclo deverá aprofundar esse caminho, ampliando a capacidade nacional de produzir medicamentos, vacinas, equipamentos e tecnologias em saúde; expandindo as políticas de desenvolvimento produtivo e inovação; valorizando as instituições públicas de pesquisa e produção; e mobilizando o poder de compra do Estado. Essas ações deverão promover soberania sanitária e

tecnológica, geração de empregos qualificados, desenvolvimento regional e ampliação do acesso da população às tecnologias estratégicas para o SUS.

O Brasil também enfrenta um dos maiores desafios do século XXI: a emergência climática. As mudanças climáticas já produzem impactos significativos sobre a saúde da população, ampliam a ocorrência de eventos extremos, modificam o perfil epidemiológico das doenças, agravam a insegurança alimentar, comprometem o acesso à água e atingem de forma desproporcional as populações em situação de maior vulnerabilidade. Esses desafios exigem respostas articuladas entre saúde, proteção ambiental, ciência, desenvolvimento regional e defesa civil.

O Partido dos Trabalhadores defende que a justiça socioambiental integre permanentemente as políticas públicas de saúde. Os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a população do campo, da floresta e das águas e as periferias urbanas deverão ocupar lugar central nas estratégias de adaptação às mudanças climáticas e de promoção da saúde. Não haverá justiça ambiental sem justiça social, e ambas dependem da capacidade do Estado de garantir direitos, proteger os territórios e reduzir desigualdades.

Fortalecer a vigilância em saúde, ampliar a capacidade nacional de resposta às emergências sanitárias e consolidar uma política permanente de preparação para pandemias são responsabilidades estratégicas do Estado brasileiro. A ampliação da cooperação científica internacional e da capacidade nacional de pesquisa, inovação e produção permitirá ao Brasil enfrentar novos desafios sanitários, reduzir sua dependência tecnológica e consolidar uma base produtiva comprometida com o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

Saúde, desenvolvimento, ciência, tecnologia, inovação, sustentabilidade e soberania nacional são dimensões inseparáveis de um mesmo projeto de país. Fortalecer o SUS significa ampliar a capacidade do Brasil de produzir conhecimento, gerar empregos qualificados, proteger sua biodiversidade, enfrentar a emergência climática e

construir um modelo de desenvolvimento que coloque a vida no centro das decisões do Estado. Essa é a visão que orientou os governos Lula, inspira o presente e aponta o caminho para o futuro do Brasil.

EIXO VI – AMAZÔNIA, SAÚDE, SOBERANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Amazônia é um território estratégico para o desenvolvimento soberano do Brasil e para a garantia do direito à saúde. Fortalecer o Sistema Único de Saúde na região significa ampliar a presença do Estado, reduzir desigualdades históricas e assegurar atenção integral às populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e às demais comunidades tradicionais, bem como às populações das cidades e de suas periferias. Significa, também, articular proteção ambiental, justiça social, ciência, inovação e desenvolvimento sustentável. Ampliar a saúde na Amazônia reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a soberania nacional, a valorização da sociobiodiversidade e um modelo de desenvolvimento que coloque a vida no centro das políticas públicas.

Para concretizar essa estratégia, o próximo governo fortalecerá a Atenção Primária à Saúde e ampliará o acesso à água potável e ao saneamento como eixos estruturantes do SUS. Também expandirá a Estratégia Saúde da Família, as Equipes de Saúde Ribeirinhas, o Programa Mais Médicos e os serviços de telessaúde, especialmente nos territórios de maior vulnerabilidade.

Nas regiões de difícil acesso, serão reforçadas as estratégias de logística assistencial, com a ampliação do SAMU, das ambulâncias, das Unidades Básicas de Saúde Fluviais, dos barcos-hospitais e do transporte aeromédico, a fim de garantir maior equidade no acesso aos serviços de saúde. A transformação digital continuará integrando a rede de atenção e conectando unidades de saúde, especialmente nos territórios indígenas e nas comunidades tradicionais, aos Hospitais Universitários Federais e aos Hospitais de Ensino, por meio de teleconsultas, telediagnósticos e teleconsultorias.

O governo também dará continuidade à expansão da atenção especializada, consolidando iniciativas como o Programa Agora Tem Especialistas, a Rede de Atenção Oncológica, a Rede de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança, a Rede de Atenção Psicossocial e o Genoma SUS.

Ao mesmo tempo, fortalecerá o Complexo Econômico-Industrial da Saúde, ampliará o Programa Farmácia Popular e o financiamento da assistência farmacêutica básica e incentivará a produção regional de fitoterápicos, bioinsumos e soros estratégicos.

Também será ampliada a capacidade do SUS de enfrentar os impactos das mudanças climáticas. O governo consolidará um Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras e implementará políticas destinadas à redução da carga das doenças que mais afetam a Amazônia, com prioridade para dengue, chikungunya, malária, tuberculose, hepatites virais, HIV/Aids e outras doenças transmissíveis e crônicas. Serão igualmente estruturadas linhas de cuidado para as populações expostas à contaminação por mercúrio.

Essas ações serão articuladas a uma política de ciência, tecnologia e inovação comprometida com a soberania nacional e com a valorização dos conhecimentos tradicionais e da ciência contemporânea, incluindo a criação de uma instituição pública de ensino, pesquisa e inovação sediada na Amazônia.

EIXO VII – TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO SUS

A transformação digital do Sistema Único de Saúde constitui política estratégica para fortalecer a capacidade do Estado, reduzir desigualdades regionais, ampliar o acesso aos serviços e qualificar o cuidado em saúde. Mais do que incorporar novas tecnologias, trata-se de consolidar um SUS inteligente, integrado, interoperável e centrado nas pessoas, capaz de utilizar dados, conectividade, telessaúde e inteligência artificial para fortalecer as Redes de Atenção à Saúde, apoiar a tomada de decisões, aumentar a eficiência da gestão pública e garantir atenção integral, contínua e personalizada a cada cidadã e cidadão. Esse processo será orientado pelos princípios da universalidade, da

integralidade, da equidade, da participação social, da soberania tecnológica e da proteção dos dados em saúde.

No terceiro governo Lula, essa transformação ganhou dimensão estruturante com a criação da Secretaria de Informação e Saúde Digital, responsável por coordenar a política nacional de transformação digital do SUS. A Rede Nacional de Dados em Saúde expandiu-se de 700 milhões para mais de 6,7 bilhões de registros, consolidando a interoperabilidade entre os sistemas de informação do SUS e disponibilizando dados clínicos, laboratoriais e administrativos por meio das plataformas Meu SUS Digital, SUS Digital Profissional e SUS Digital Gestor.

A Rede Brasileira de Telessaúde foi ampliada de 12 para 63 núcleos, realizou mais de seis milhões de teleatendimentos entre 2024 e 2026 e passou a atender 79% dos municípios brasileiros, ampliando o acesso à assistência especializada, reduzindo deslocamentos, qualificando o cuidado e diminuindo impactos ambientais. O governo também expandiu a conectividade das unidades de saúde em áreas remotas, fortaleceu a saúde digital nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e nas comunidades quilombolas, modernizou o Cadastro Nacional de Usuários do SUS, estruturou a transição para uma infraestrutura de nuvem soberana e lançou as bases de uma rede nacional de serviços inteligentes em saúde.

O próximo governo consolidará esse processo como política permanente de Estado, promovendo a federalização da Rede Nacional de Dados em Saúde, a universalização da conectividade das unidades do SUS, a expansão da telessaúde em todos os níveis de atenção e o fortalecimento da segurança cibernética e da proteção dos dados em saúde. Também impulsionará o desenvolvimento de soluções nacionais de inteligência artificial e de infraestrutura computacional soberana para o SUS, em parceria com instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação. A transformação digital continuará sendo um instrumento para fortalecer a coordenação do cuidado, integrar as Redes de Atenção à Saúde, ampliar o acesso à assistência

especializada, apoiar a vigilância em saúde e garantir que cada pessoa tenha acesso contínuo, seguro e personalizado às suas informações e aos serviços do SUS, consolidando a saúde digital como política pública estruturante para o desenvolvimento nacional e a defesa da soberania sanitária brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas da democracia brasileira e um patrimônio construído pela luta do povo. Nascido da Reforma Sanitária Brasileira e consolidado na Constituição Federal de 1988, o SUS tornou realidade o direito universal à saúde graças ao compromisso de milhões de trabalhadoras e trabalhadores da saúde, usuárias e usuários, pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores públicos, movimentos sociais e governos comprometidos com a justiça social. Ao longo de mais de três décadas, transformou o direito à saúde em experiência concreta de cidadania e demonstrou que a solidariedade pode ser organizada como política de Estado.

As contribuições apresentadas neste documento reafirmam o compromisso histórico do Partido dos Trabalhadores com esse legado. Não se trata apenas de defender uma política pública, mas de fortalecer um projeto de país que coloca a vida acima de qualquer interesse econômico, reconhece a saúde como direito de todas as pessoas e dever do Estado e compreende que democracia, desenvolvimento, soberania nacional e justiça social são dimensões inseparáveis.

Os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstraram que é possível governar colocando o povo no centro das prioridades do Estado. Na saúde, esse compromisso traduziu-se na expansão da Estratégia Saúde da Família, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, do Programa Farmácia Popular, do Programa Nacional de Imunizações, das políticas de assistência farmacêutica, da produção pública de medicamentos e vacinas, da formação de profissionais, do fortalecimento da participação social e de inúmeras iniciativas que consolidaram o

SUS como uma das maiores políticas públicas de inclusão social do mundo.

A reconstrução iniciada em 2023 recolocou a saúde entre as prioridades nacionais, recuperou a capacidade de planejamento do Estado, fortaleceu a ciência, retomou investimentos estratégicos e renovou o compromisso do Brasil com um sistema público, universal e de qualidade.

O próximo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva representa a oportunidade histórica de inaugurar um novo ciclo de expansão e fortalecimento do Sistema Único de Saúde. É tempo de fazer mais e fazer melhor: ampliar o acesso, qualificar o cuidado, investir em ciência, tecnologia e inovação, fortalecer a participação popular, valorizar as trabalhadoras e os trabalhadores da saúde, promover a equidade e impulsionar o desenvolvimento do Brasil. O desafio é consolidar o SUS como eixo estratégico de um projeto nacional comprometido com a redução das desigualdades, a soberania do país e a defesa

incondicional da vida.

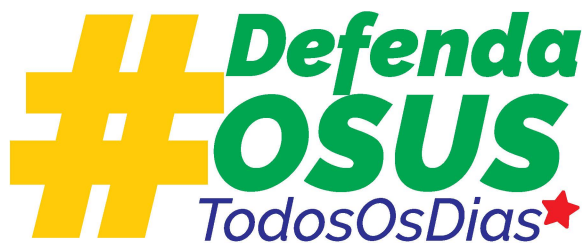
Este documento expressa o acúmulo político construído coletivamente pela militância da saúde do Partido dos Trabalhadores e a convicção de que um Brasil mais democrático, solidário e soberano depende de um Sistema Único de Saúde cada vez mais forte, público, universal, integral, equânime e humanizado. Com a força da participação popular, da ciência, das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde e do compromisso do governo do presidente Lula com a defesa dos direitos sociais, seguiremos fazendo mais e fazendo melhor. Fortalecer o SUS é fortalecer a democracia, reduzir desigualdades, promover o desenvolvimento nacional e afirmar, todos os dias, que cuidar da vida continuará sendo o maior compromisso do Estado brasileiro.

Setorial Nacional de Saúde do PT

Brasília, julho de 2026

***“Tudo que nós queremos é que o povo,
ao precisar de um médico, tenha um médico;
ao precisar de um remédio, tenha um remédio,
porque o povo com saúde aumenta
a produção do país e a sua alegria.”***

Luiz Inácio Lula da Silva



**CONTRIBUIÇÕES DO SETORIAL NACIONAL DE SAÚDE
AO PROGRAMA DE GOVERNO LULA 2027-2030**